

VENDA DE IMOVEIS

(De harmonia com artigo 70.º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (LOE/2024))

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE

Ano

2025

(Designação da autarquia local)

(Unidade: euros)						
Classif.	Designação	out/21 a dez/21	2022	2023	jan/24 a set/24	Média dos 36 meses anteriores a out/2023
090101	Venda de terrenos a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090110	Venda de terrenos a Famílias	3 655	38 806	30 556	13 463	28 827
090201	Venda de habitações a Sociedades e quase-sociedades não financeiras		0	0	0	0
090210	Venda de habitações a Famílias	3 622	6 316	5 275	1 969	5 727
090301	Venda de edifícios a Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0	0	0	0	0
090310	Venda de edifícios a Famílias	0	0	0	0	0
Total		7 276	45 122	35 831	15 432	34 554

Artigo 70.º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro (LOE/2024)

Previsão orçamental de receitas dos municípios resultantes da venda de imóveis

1 — Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2025, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

2 — A receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser, excecionalmente, de montante superior, se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.

3 — Se o contrato a que se refere o número anterior não se concretizar no ano previsto, a receita orçamentada e a despesa daí decorrente devem ser reduzidas no montante não realizado da venda.